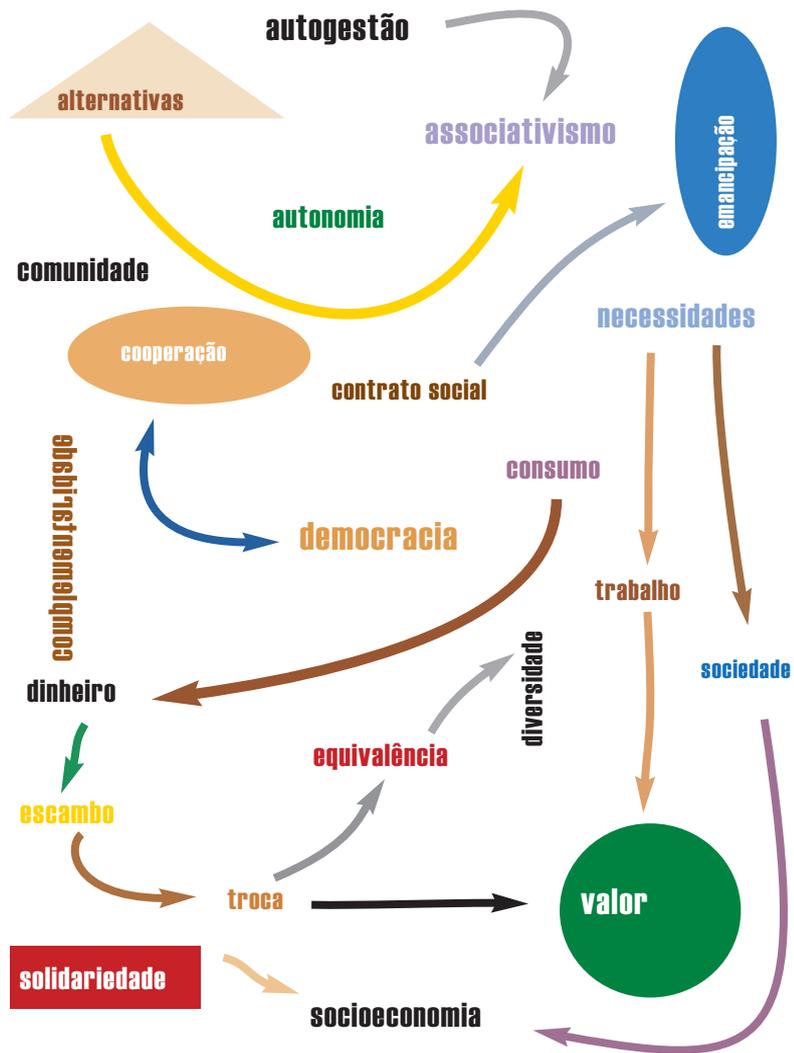


“Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica”



Sumário

Artigos

Apresentação	03
Em Busca da Globalização Solidária	05
Educação Cooperativa	08
A Cultura da Socioeconomia Solidária	10
Cortando a Amarra Monetária - Ficha PACS-DPH	13
Criando a Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro - Ficha PACS-DPH	16
Implantando a Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro - Ficha PACS-DPH	19
Declaração de Princípios da Rede de Trocas Solidárias/RJ	22
Socioeconomia Solidária e o Estado-Nação	23
1º Acampamento de Socioeconomia Solidária	28

Anexo

Carta de Mendes (Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias - junho de 2000)	31
---	----

Ficha Técnica:

PACS
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Rua Joaquim Silva, 56 - 8º andar Lapa
Rio de Janeiro, RJ. 20241-110
Tel.: (21) 252-0366
Telefax: (21) 232-6306
C.Eletrônico: pacsadm@alternex.com.br
Sítio Polo de Socioeconomia Solidária:
www.alternex.com.br/~pacs e www.socioeco.org

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 2 - “Socioeconomia Solidária:
Construindo a Democracia Económica”

Equipe Técnica:

Marcos Arruda, Sandra Quintela, Ruth Espinola Soriano

Redação:

Marcos Arruda, coordenador geral do PACS e animador
do Polo de Socioeconomia Solidária,
da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário.

Projeto Gráfico e Capa:

Gabriela Caspary Corrêa

Apoio:

Fundação Ford
Fundação para o Progresso Humano

Apresentação

Socioeconomia, Por Diversas Vias

Marcos Arruda, outubro 2000

"A socioeconomia é tão abrangente que procura substituir as outras ciências?", perguntou um amigo, algo perplexo diante da afirmação de que o nosso projeto é social, econômico, político e cultural.

"A socioeconomia é a afirmação de que quem é importante na casa (eco-oikos) que devemos administrar (nomia) são seus habitantes do presente e do futuro, e não apenas o edifício de concreto e tijolo ou as riquezas que contenha," respondi. "A socioeconomia é a proposta de fazermos uma economia a serviço do social, do humano, capaz de criar e distribuir produtos necessários, mais que à sobrevivência, à vida humana, de forma ampla e satisfatória. Bem estar e satisfação para todas e todos, que nos permitem dispor de tempo e energia para desenvolvermos nossas capacidades e potenciais superiores de seres humanos."

Quando se traz o ser humano para o primeiro plano, o projeto de sociedade já não pode ser unidisciplinar. Ele tem que abranger todos os campos de conhecimento relacionados com a existência humana na Terra e no Cosmos, no espaço-tempo, nos seus contextos diversos - histórico, social, ambiental - e nas suas inúmeras dimensões - corpo, mente, psique, espírito.

Este Caderno n. 2 de Socioeconomia do PACS traz para você

uma coleção de textos e artigos que cobrem diferentes aspectos deste desafio da construção da socioeconomia solidária. Neles você verá que esta construção envolve o mais local e cotidiano (os mutirões da Rede de Trocas Solidárias em diferentes países e no Brasil), mas desdobra-se até o mais global e historicamente abrangente (o projeto de uma globalização cooperativa e solidária). Verá também que a socioeconomia é como uma grande casa, espaçosa e acolhedora, que tem lugar para tudo que é humanamente enriquecedor, tudo que é criativo e ousado, tudo que aumenta a alegria e o prazer do intercâmbio entre seres humanos. Só não há lugar nela para uma coisa: relações de exploração, opressão e alienação entre indivíduos, comunidades, nações.

Você talvez ache utópica a nossa proposta de valorizar a diversidade de cada pessoa, comunidade e cultura, e ao mesmo tempo criar cadeias produtivas e redes de saber e de produtos, e criar projetos em comum que as unifiquem e harmonizem. Mas é justamente isto que pretendemos, pois estamos convencidos de que um sonho sonhado sozinho é só um sonho, mas um sonho sonhado juntos já é o começo da realidade!

Depois de ler este caderno, venha conhecer nossas práticas e junte-se a nós nesta construção, que além de gerar satisfação e bem estar material, também gera alegria, prazer, comunicação e amizade!

Em Busca da Globalização Solidária

O economista Marcos Arruda percorre o mundo para redimensionar o papel do cooperativismo e dos sindicatos frente ao neoliberalismo

O economista e educador carioca Marcos Arruda - coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), uma organização não-governamental com sede no Rio - lança mão de uma fantasia para dimensionar as anomalias sociais produzidas pelo neoliberalismo (ou "capitalismo de roupa nova", como prefere chamar): "Se cada pessoa tivesse o tamanho de sua renda, viveríamos em um mundo de monstros." A visão de pesadelo, onde gigantes pantagruélicos cruzam com anões esqueléticos, não é evocada para assustar, mas para instigar. O ventre desta sociedade de "megatiranossauros corporativos", afirma, está prenhe de contradições capazes de gerar novas oportunidades, baseadas nas potencialidades individuais mas também no cooperativismo solidário.

Autor de dezenas de estudos sobre o assunto, Arruda presta consultoria para organizações de trabalhadores em vários países, estados e cidades brasileiras - inclusive em Porto Alegre, onde esteve em abril passado. E garante: "Essa proposta que aponta para uma globalização cooperativa já não é mais uma mera utopia." Ele cita um longo rol de redes cooperativadas disseminadas pela Espanha, França, Venezuela, Uruguai, Chile, Nicarágua, Argentina e mesmo na Rússia, Cuba e Estados Unidos. No Brasil, destaca experiências expressivas no Rio Grande do Sul, Ceará e Rio de Janeiro.

O novo cooperativismo - chamado autogestionário ou popular - baseia-se no que Arruda considera a principal dificuldade do capitalismo. O "calcanhar de Aquiles" da fera: a enorme massa de desempregados e insatisfeitos. Para eles, o economista aconselha uma forma de organização aparentemente contraditória, pois prevê tanto a autonomia quanto o desenvolvimento coletivo. Não há contradição, garante Arruda. "O equilíbrio é uma lei da natureza. As experiências socialistas implodiram porque superdimensionaram o coletivo e o capitalismo é o que é porque valoriza apenas o individual."

Atingir tal harmonia é plenamente possível, mas não é fácil, porque passa pela reformulação dos valores vigentes, especialmente a competição interna entre os trabalhadores. "A competição é predatória. Ela leva a um mundo de dinossauros corporativos que sempre vão estar de olho no galinheiro do vizinho e, num grau máximo, se transformariam em megatiranossauros. A competição é o 'dharma' (lei natural de cada ser, segundo os hindus) do capital e seu caminho é o monopólio."

Surgido no século passado, na Inglaterra, o movimento cooperativo sempre defendeu a conjunção da autonomia e do desenvolvimento coletivo, mas acabou abalroado pelas transformações mundiais e se desgastou. "O chamado cooperativismo oficial ou é mais ou menos vinculado com entidades governamentais ou é

articulador de grandes cooperativas que operam quase como empresas capitalistas", considera Arruda.

Em tempos de neoliberalismo, globalização e desemprego, o movimento ressurge com a proposta de encarar de frente a nova realidade econômica. A proposta de solidariedade entre os membros desta nova organização do trabalho, por exemplo, não pressupõe acanhamento diante da economia e das finanças. "Hoje elas são sujas porque foram marcadas pela exploração e pela opressão." Romper com esta fórmula é, justamente, reeditar os conceitos de "suficiente" e "necessário". "É preciso atender necessidades e não criá-las, impor limites a estas necessidades, compartilhar", avisa.

Três Dimensões

A mudança proposta pelo coordenador do PACS deve acontecer em três dimensões: econômica, política e educacional. A primeira prevê a viabilidade econômica através de sistemas associativos (empresas e redes cooperativas, sistemas de co-propriedades e co-gestão) capazes de gerar bons negócios pautados pela satisfação dos participantes - e não pelo conceito do maior lucro possível. "O embasamento do poder político é o poder econômico. O mundo do trabalho só poderá compartilhar o poder político com as elites se tiver poder econômico e, enquanto assalariado, isso não se dará jamais", afirma Arruda.

Ocupado o espaço na economia, é hora de consolidar a nova fórmula solidária de poder. Os sindicatos têm papel destacado neste ítem, pois a eles cabe a missão de reorganizar a massa trabalhadora. Para isso devem abandonar a posição meramente reivindicativa em torno de emprego e salário, introduzindo as questões macroeconômicas nas negociações com empresas e

governo. Também precisam reunir todos os trabalhadores - e não apenas os empregados - e estabelecer estratégias de luta pela democratização do Estado em colaboração.

O plano educacional envolve a luta por uma formação voltada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades humanas (incluindo associações e cooperativas) e também o desafio de neutralizar o poder hegemônico dos agentes da globalização competitiva, mediante o estabelecimento de meios de comunicação alternativa. O perigo representado pelos grandes grupos econômicos não é ignorado pelo economista. "Eles têm o capital e podem nos sufocar fazendo 'duping', por exemplo, mas há meios - através do estudo, da formação de redes de colaboração e da troca de experiência - de se antecipar e se precaver contra a concorrência desleal."

Nos últimos dois anos, disseminaram-se por todo o País sistemas associativos singulares, garante. Um deles se localiza no Rio Grande do Sul. É o Fórum do Cooperativismo Autogestionário, formado pelas cooperativas habitacionais (incluindo a Cootrajor, do Sindicato dos Jornalistas) e entidades ligadas a trabalhadores rurais e urbanos.

O objetivo é discutir uma estratégia no contexto da globalização competitiva e estabelecer laços de intercâmbio e colaboração, visando formar redes e ocupar setores e cadeias produtivas. Uma vez instalado, o sistema cria vida própria, garante Arruda. "É um processo sedutor. As pessoas são contaminadas pela felicidade gerada por uma experiência assim."

Frases

Se o capitalismo é a solução para a humanidade, porque não previu na sua receita o que fazer com os 4,3 bilhões de pessoas que vivem com uma renda de 700 dólares por ano (cálculos feitos pelo próprio economista, baseado em estatísticas da ONU e Banco Mundial), e com um meio ambiente cada vez mais inóspito?

Os pragmáticos de esquerda dizem que não há solução, que o sistema conhece suas próprias contradições e tem gente pensando em como neutralizá-las, se precavendo contra a oposição.
Eu não acredito nisto. Existem contradições muito maiores do que eles podem detectar.

Fernando Henrique Cardoso é pior do que Collor e o Sarney, porque governa com hipocrisia. Ele sabe exatamente o mal que está fazendo.

Apenas 20 minutos do expediente de um trabalhador bastam para pagar o seu salário. O resto é sobretrabalho. Se ele soubesse disso, seria um revolucionário.

Marcos Arruda

Educação Cooperativa

"Não se nasce cooperador nem a ciência da cooperação pode ser assimilada dormindo.

A cooperação deve ser estudada, mas apresenta uma particularidade: que nas almas nobres, o amor ao próximo cresce com o conhecimento da matéria, e é este altruísmo que forma os verdadeiros cooperadores."

G.J. Goedhard (ACI, 1924)

Os Pioneiros de Rochdale já dedicavam 2,5% de todo excedente à educação dos associados. Eram tempos em que não existia educação pública oficial, com o caráter geral (ou quase...) que conhecemos hoje. Nem havia qualquer preocupação com a educação da classe trabalhadora que, na época, como agora, constituía a imensa maioria dos sócios das cooperativas. Por este motivo, aquele percentual de 2,5% ia para a atividade educativa e também para a cultura geral - formação de bibliotecas, assinatura de jornais e revistas, atividades culturais. Também as cooperativas de consumo que se multiplicaram sobretudo na Europa seguiram este caminho.

Depois que a instrução pública passou a ser a norma, as cooperativas focalizaram cada vez mais a educação cívica e cooperativa dos seus associados, seja independentemente, seja em colaboração com os respectivos governos. À medida que cresceu a presença e o poder econômico do cooperativismo, os governos perceberam que a cooperação representava um poderoso instrumento econômico de melhoria individual e coletiva. Introduziram cursos completos e estabeleceram verdadeiras carreiras para formar técnicos e especialistas em cooperação.

A tendência passou a ser concentrar a educação cooperativa em organismos agregadores - federações, centrais, uniões coope-

rativas - que organizam a educação cooperativa na forma de cursos ou de escolas permanentes e centros de educação cooperativa, não só com a formação profissional específica - contador, gerente, trabalhador de diferentes setores cooperativos e associados - mas também estendendo sua ação educativa através de cursos por correspondência, conferências, seminários, publicações, programas de rádio, etc.

Alguns aspectos da educação cooperativa a distinguem da educação tradicional:

Princípios:

■ a serviço do projeto de desenvolvimento da cooperativa, dos seus membros e de uma socioeconomia baseada nos valores da cooperação e da solidariedade.

■ Educação voltada para:

- ▶ a transformação social
- ▶ a cooperação
- ▶ a autogestão
- ▶ a valorização de cada pessoa e do coletivo ao mesmo tempo
- ▶ a complementaridade
- ▶ a solidariedade

Princípios educativos:

- ligar teoria e prática
- combinar métodos educativos e de capacitação
- educar para o trabalho cooperativo
- vincular educação e cultura
(ensino de valores, modos de relação)
- incentivar a auto-organização dos estudantes
- gerir democraticamente as escolas
- criar coletivos didáticos
- incentivar atividades de pesquisa
- associar interesses individuais e coletivos

A iniciativa da educação cooperativa só parte dos movimentos cooperativos em países onde o cooperativismo é forte. Criam-se escolas cooperativas e se desenvolve um sistema escolar cooperativo que traz forte potencial de suplantarem o sistema escolar tradicional. Além de atender às crianças e jovens, orienta-se com vigor para a educação cooperativa de adultos e até de dirigentes cooperativos. Nos países em que o cooperativismo é fraco ou incipiente, quando há educação cooperativa ela é iniciada por governos. O problema, a nosso ver, não está em que o Estado tome a iniciativa, mas em que ele pretenda ser o controlador e tutor permanente da educação cooperativa. Se seu objetivo é apenas empoderar os trabalhadores e trabalhadoras para que vão gradualmente assumindo o controle e a iniciativa neste campo, assim como no campo socioeconômico, então sua intervenção é válida e desejável.

Conteúdos e metodologia da educação cooperativa, pelo seu potencial humanizador e por sua capacidade de integrar cidadãos e cidadãs da cidade e do campo na economia de forma criativa e solidária, precisam ser difundidos dentro do sistema escolar, desde o primário até a universidade.

No Brasil, a onda avassaladora da globalização tem forçado muitos trabalhadores a submeter-se a um cooperativismo forçado, manipulado por empresas ou por intermediários interesseiros. Reduzidos a trabalhadores precarizados e subvalorizados, eles vêem a cooperativa mais como um carrasco que como um fator de libertação. Há também uma forte pressão pela multiplicação de cooperativas de serviços, impropriamente chamadas "de trabalho" (como se as produtivas e outras não o fossem...) Nas primeiras, mas sobretudo nestas, o papel da educação cooperativa é fundamental, para contribuir a que os cooperadores se articulem no plano social e humano, e não apenas monetário e empresarial.

A educação cooperativa muitas vezes está centrada nos trabalhadores jovens, e mesmo nos de sexo masculino. A educação de mulheres e dos adultos em geral para o cooperativismo e a socioeconomia solidária é fundamental e urgente. Também é importante tomar a formação para o trabalho como apenas um aspecto da educação cooperativa. Sem competência técnica e conhecimento científico a cooperativa não avança nem o sistema cooperativista e solidário se fortalece frente à tremenda competição reinante no capitalismo globalizado. Mas só estas são insuficientes. É fundamental colocá-las no seu contexto adequado, que é de uma práxis e uma ética cooperativa e solidária inovadoras, capazes de fazer expandir-se o cooperativismo e o associativismo, ocupando sempre maiores espaços do que hoje é o reino da economia privatista, e provando que as diversas formas de organizar cooperativamente a economia não apenas podem ser mais eficientes do que a forma capitalista, mas também podem gerar muito maior bem estar, satisfação e felicidade.

A Cultura da Socioeconomia Solidária

Em seu leito de morte, Josias recapitulou sua vida. E descobriu que podia ter vivido uma vida bem mais feliz se tivesse sabido Colaborar com os outros, em vez de tomá-los como seus adversários ou inimigos. Procurou as origens deste seu modo de ser.

Visitou mentalmente a igreja e a escola dos seus tempos de infância, recordou a gente da sua família, Revisou sua vida profissional, e encontrou em todas estas relações, e ainda muito mais fundo, explicações para aquele seu modo de ser e de ver, fonte de tanta infelicidade... E, talvez tarde demais, desejou ter outra chance...

Há uma variedade de conceitos de cultura. O que mais me satisfaz é aquele que abrange o conjunto dos valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação característicos de um determinado estágio de evolução de uma sociedade. A cultura está silenciosamente presente nos gestos, palavras, olhares, ações do nosso cotidiano. Está presente na maneira como nos vemos e vemos o mundo, e nas maneiras de nos relacionarmos conosco mesmos, com a Natureza, com a sociedade, com cada pessoa com quem convivemos diariamente, com os nossos ancestrais e com os seres que nos sucederão em infindáveis gerações futuras. A cultura está presente até na maneira como protestamos, nos indignamos, nos revoltamos contra ela e os modos de ela se expressar em nós e na sociedade.

Quando não estamos contentes com nossa cultura, e queremos substituí-la por outra superior a ela, mais evoluída que ela, é dessa velha cultura que extraímos elementos para construir a nova, é nela que encontramos os germes e as sementes da nova que desejamos. A velha cultura, assim como a velha forma de organização da sociedade, é a matriz e o berço da nova cultura e da nova forma de organização da sociedade.

Quando identificamos cultura com arte e com estética, nós o fazemos simplesmente porque nelas a cultura se manifesta abertamente, sem subterfúgios. Uma arte em que as pessoas são retratadas como seres competitivos, agressivos e violentos é filha de uma cultura que concebe o ser humano como competitivo, agressivo e violento. Por sua vez, cada pintura, escultura, poema, peça de teatro, filme, palestra em que retratamos o ser humano como um ser cooperativo, solidário e amoroso, tem um duplo impacto: por um lado, lança um grito de negação da cultura da competição, da agressão e da guerra, assim como ao modo de organização social gerado por ela; por outro, anuncia que uma outra cultura é possível e já se faz pressentir, da qual decorre um modo de organização e de relações sociais e interpessoais fundado na cooperação, na solidariedade e no amor.

A cultura da cooperação e da solidariedade é também a cultura do amor. Não "caridade", não enamoramento, não paixão instintiva, mas o fenômeno natural e biológico do amor - "a condição dinâmica, espontânea de aceitação, por um sistema vivo, de sua coexistência com outro(s) sistema(s) vivo(s)... o fundamento do fenômeno social e não sua consequência... o fenô-

meno biológico que nos permite escapar da alienação anti-social criada por nós através de nossas racionalizações." (Maturana, 1997: 184-185) Este biólogo chileno tem a convicção - e eu a compartilho com ele - de que "a competição é anti-social... implica a negação do outro... A competição nega o amor. Membros das culturas modernas prezam a competição como uma fonte de progresso. Eu penso que a competição gera cegueira, porque nega o outro e reduz a criatividade, reduzindo as circunstâncias de coexistência. A origem antropológica do *Homo Sapiens* não se deu através da competição, mas sim através da cooperação, e a cooperação só pode se dar como uma atividade espontânea através da aceitação mútua, isto é, através do amor."

Se isto é verdade, então podemos afirmar que uma socioeconomia cooperativa é também uma economia amorosa. E uma globalização cooperativa é também uma globalização amorosa. Este é o ponto de encontro entre cultura e economia, e tem implicações importantes para a maneira como concebemos as duas numa perspectiva inovadora.

O cooperativismo autogestionário é a afirmação de que o ser humano pode se tornar sujeito da sua própria economia, pode deixar de ser objeto e marionete das suas próprias criações - o capital, as riquezas, o dinheiro, as máquinas, a tecnologia. Ele mostra que pode haver uma cultura diferente e superior à cultura da ganância, da usura e da avareza. Ele também mostra que o capitalista é uma figura descartável. Da cultura da competição emerge uma ética terrível: é bom tudo aquilo que ME ajuda a Ter, possuir, controlar outros e acumular riquezas; é mau tudo aquilo que ME impede de fazer isto. (O ME em maiúsculas tem a ver com o culto do indivíduo tomado como absoluto e isolado dos seus contextos social e histórico, a pessoa vista como um "eu-sem-nós"). É a ética do CADA UM POR SI, E DEUS POR MIM...

Já a cultura da cooperação e da solidariedade tem uma ética construtiva: é bom tudo aquilo que NOS ajuda a compartilhar os meios de sobrevivência e as riquezas. Tudo que eu fizer em favor da promoção dos outros é bom para eles e traz benefícios também para mim. (O NOS em maiúsculas tem a ver com o conceito do indivíduo interligado (solidário com) outros indivíduos e inserido nos seus contextos social e histórico, portanto, o indivíduo-relação, "eu-e-nós" ao mesmo tempo). É a ética do UM POR TODOS, TODOS POR UM.

Na cultura da modernidade globalizada a Economia está distorcida ao ponto de não mais ser possível reconhecê-la. De "administração e gestão da casa" para o bem dos seus habitantes, passou a crescimento ilimitado e acumulação infinita de riquezas, para o bem daqueles que conseguirem apossar-se delas, mesmo às custas dos outros e da Natureza. A casa é o nosso corpo, é o nosso lar, é a terra ou outro espaço em que trabalhamos, é a nossa comunidade, bairro, cidade, estado, Nação. É também, e num sentido muito real, o nosso Planeta e todo o Cosmos. A cultura capitalista vê tudo isto como instrumentos para acumulação de riquezas, mesmos ao custo de sua degradação e destruição. É uma cultura da morte. A cultura humanista, ao contrário, vê tudo isto como presentes da Vida colocados sob o nosso poder e, portanto, sob a nossa responsabilidade, para os cultivarmos e cuidarmos de maneira que dêem frutos e resultem em benefício para todos e para cada um. E no mais íntimo de nós, todos sabemos que um dia serão pedidas contas da gestão que temos feito destes bens que a Vida nos dá. A Economia, na cultura humanista, exige o cuidado e a boa gestão de cada uma daquelas "casas".

Não é por acaso que associamos no nome Cultura a Socioeconomia Solidária ao denominar os dois Encontros que reali-

zamos sobre estas questões - o Encontro Latino (Porto Alegre, agosto de 1998) e o Encontro Brasileiro (Mendes, RJ, junho de 2000). * Eles focalizaram a Socioeconomia - isto é, a Economia como a definimos acima, a Economia dedicada ao bem estar social e humano, a Economia em que eu quero o bem estar do Outro porque o outro também mora na mesma casa que eu, e estando ele melhor, eu também estou melhor. Mais ainda, o Outro é parte de mim e do meu mundo, o Outro é um prolongamento de mim, e se o Outro não está bem, eu também não posso estar bem. Este é o princípio fundamental da Socioeconomia Solidária. Mas os Encontros focalizaram também a Cultura da Solidariedade. Ela envolve diversos valores que merecem ser mencionados aqui: reciprocidade, cooperação, compaixão (=sentir com o outro), respeito à diversidade, complementaridade, comunidade, amor.

O desafio é sério. Nosso coração, nossa psique estão ancorados nos valores da cultura dominante. A única maneira de não apenas falarmos, mas principalmente vivenciarmos os novos valores é tomar-nos a nós próprios como arena de luta, como espaço em que se trava o combate entre a velha e a nova cultura, os velhos e os novos valores, atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação. E esta é a luta cotidiana, a ser travada em todos os espaços, instantes e relações. É a luta para nos reeducarmos como novas mulheres, novos homens e novas crianças. É a luta para buscarmos uma nova forma de liberdade, na qual somos livres porque conquistamos o controle sobre nossos impulsos e instintos, porque nossa consciência está se iluminando e nossa vontade se fortalecendo, e ambas permitindo que possamos fazer as melhores escolhas. É a luta para ajudar-nos uns aos outros neste processo de autoconquista e auto-educação. Afinal, a conversão de seres competitivos e agressivos, alienados pela cultura capitalista, em seres cooperativos e amorosos,

emancipados e irmanados no soerguimento de uma cultura humanista, envolve luta de morte, vida e ressurreição!

REFERÊNCIAS: Maturana, Humberto, 1997, "Reflexões sobre o Amor", em A Ontologia da Realidade, Editora UFMG, Belo Horizonte.

* Referência ao Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Porto Alegre, agosto de 1998) e ao Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Mendes, RJ, junho de 2000). Este artigo foi escrito como leitura preparatória para o Encontro Brasileiro.

ALIENAÇÃO	CULTURA
AMOR	DOMINAÇÃO
AUTOGESTÃO	PARTILHA
AUTOREGULAÇÃO	PODER
COMPLEMENTARIDADE	RECIPROCIDADE
COMPAIXÃO	RESPONSABILIDADE
COMUNIDADE	SOCIOECONOMIA
CONSCIÊNCIA	SOLIDARIEDADE
	SOCIEDADE

Cortando a Amarra Monetária

O primeiro passo para qualquer comunidade que busca a auto-sustentação é estabelecer seu próprio sistema monetário.

O nível de comércio em qualquer parte do mundo industrializado é determinado pela quantidade de dinheiro que entra a partir de fora. Sem o dinheiro não existe suficiente demanda efetiva e até trabalhos que comunidades locais podiam fazer para si próprios deixam de ser feitos. E todo dinheiro que entra, tende a sair outra vez. Quando os termos da troca são desiguais ou injustos, a tendência é sair sempre mais dinheiro do que entrou, resultando no empobrecimento relativo da comunidade.

Uma maneira de diminuir a saída da moeda de outros países que ganhamos com nossas vendas para fora é produzir no país, cada vez mais, os bens e serviços que hoje compramos lá fora. O mesmo em relação a uma comunidade local. Mas com aquela substituição a fuga de recursos diminui mas não desaparece. Por isso, o melhor caminho é tornar nossas transações internas independentes do fluxo de dinheiro externo usando uma moeda própria para intermediar aquelas transações. Afinal, a única utilidade da moeda nacional nas transações entre pessoas que vivem próximas umas das outras é como medida do valor do trabalho de um vizinho ou vizinho para mim, comparado com o valor do trabalho que eu fizer para ele/ela ou qualquer outro vizinho. Famílias e pequenas comunidades estáveis de fato não precisam disso. Seus membros fazem coisas uns para os outros sem guardar um registro, confiando que uns ajudando os outros, todos acabam se beneficiando.

Quando num sistema todos tiram o equivalente ao que contribuem, temos uma economia de equivalência. (Quando alguns tiram no sistema muito mais do que contribuem, temos uma economia não-equivalente. (Ver Arnold Peter)

Douthwaite cita a comunidade de A'raim, nas ilhas Aran, como uma economia que funciona na base da equivalência e da confiança. No passado, diz ele, toda a sociedade bem sucedida tinha sistemas em que as pessoas trabalhavam umas para as outras e para o bem comum sem a intervenção do dinheiro. Eram sistemas de ajuda mútua, que prevaleceram durante milênios em comunidades onde a atividade básica era a produção rural. Os valores da cooperação, reciprocidade, complementaridade, partilha, solidariedade são os dominantes nestes espaços. O sistema de ajuda mútua em que todos se ajudam e se apoiam se chama MEITHEAL em irlandês, e MUTIRÃO em brasileiro!

Mas em geral as relações econômicas de hoje são demasiado complexas e transitórias para que caibam sistemas de troca de trabalho que dispensam um instrumento de medida ou um símbolo mediador, exceto em espaços reduzidos. Nossas transações intra-comunitárias, então se tornaram altamente dependentes do fluxo de dinheiro do mundo exterior, o que nos torna muito vulneráveis caso o dinheiro de fora venha a faltar.

Desenvolver unidades de medida independentes e suficientes para facilitar as trocas locais é, pois, um passo essencial no sentido da crescente auto-suficiência da comunidade. Centenas de comunidades em diferentes países do mundo já adotaram tais sistemas de medida, na forma de moedas locais, também chamadas moedas sociais. A maior parte delas deriva da que foi desenvolvida por Michael Linton no Vale de Comox em British Columbia, Canadá no início dos anos 80. A referência pode ser a moeda nacional, o tempo de trabalho ou outras unidades como litros de leite, cordadas de lenha, latas de carvão, etc.

Os sistemas inspirados na experiência de Linton vieram a chamar-se Sistemas Comerciais de Troca Local (LETS, em inglês, SELS, em francês, STL, em português). Propomos um termo mais valorativo: STS - Sistemas de Troca Solidária. Eles têm a ver com o povo na rua, bairro ou aldeia se reunindo para identificar suas necessidades e os recursos de que dispõem enquanto pessoas, famílias e comunidades; depois, reúnem-se outra vez para planejar as formas de troca dos recursos na forma de escambo (troca direta) ou de venda de bens e serviços uns para os outros. O valor do que têm a oferecer é definido por um contrato coletivo e relacionado a uma unidade que servirá de medida de referência, ou moeda social própria daquela comunidade.

Estes sistemas são flexíveis e não seguem um modelo único ou rígido. Alguns componentes utilizados incluem:

- cadernetas de cheque,
- sistema de registro, computadorizado sempre que possível, dos pagamentos feitos e recebidos por cada pessoa,

- extratos da conta de cada membro enviados regularmente com periodicidade fixa,

- uma unidade de troca ou moeda ("Reek", em Westport, Irlanda, "Eco", em Katoomba, Austrália, "Hora de Ithaca", em Ithaca, NY, EUA, "Brick", em Brixton, bairro ao sul de Londres, entre outros),

- cadastro de bens e serviços oferecidos pelos membros, publicado periodicamente,

- informativo periódico com notícias sobre o STS,

- pessoas de fora do sistema podem ser pagas com o cheque ou o dinheiro social e usá-lo para comprar produtos do sistema, endossando-os no verso,

- cooperativa para operar o STS (Meitheal na Mart, em Westport),

- a unidade sendo não vinculada à moeda nacional impede que autoridades fiscais ou de assistência social tratem os rendimentos em moeda local como se fossem dinheiro corrente,

- regras para restringir o uso da moeda nacional em trocas intra-STs,

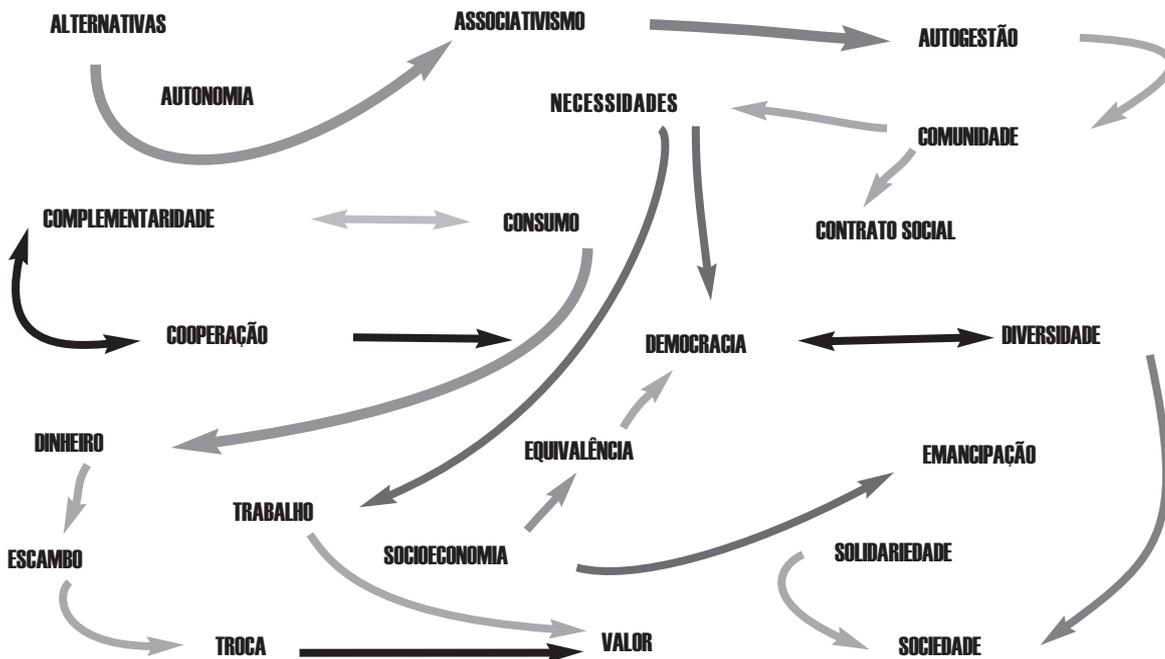
- quanto menor o sistema, mais cedo o poder de compra aportado por um membro tenderá a retornar a ele,

- a oferta de moeda local, porque é criada por pessoas que produzem coisas umas para as outras, é sempre adequada para as suas necessidades,

■ em qualquer tempo e em qualquer STS, o total dos créditos de uns corresponderão ao total dos débitos dos outros: todos são incentivados a contrair débitos sem juros,

■ uma moeda local nunca pode ser usada como instrumento de poder e dominação - o sentido do dever para com o coletivo estimula a prática da equivalência.

Fonte: Richard Douthwaite, 1996, "Short Circuit: Strengthening Local Economies for Security in an Unstable World", The Lilliput Press, Dublin.



Criando a Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro

Aproveitamos a segunda oficina do Curso de Viabilidade Socioeconômica, do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, para fazer um jogo educativo sobre a Rede de Trocas Solidárias usando moeda própria. O objetivo era introduzir para as participantes a teoria e a prática das trocas solidárias, no contexto de uma oficina centrada na Autogestão. (A primeira oficina focalizou a produção cooperativa, e a terceira, a comercialização.) Esta ficha relata o jogo da 2a. oficina (setembro de 1999), que repetimos na 3a. (outubro de 1999), não mais como jogo porém como primeira reunião da Rede do RJ. Esta será motivo de outra ficha em breve.

Passos do jogo:

1. Conversa sobre os objetivos da Rede no contexto da socioeconomia solidária.
2. Acordo/contrato com base em certos princípios.
3. Criação coletiva da moeda comunitária: nome, valores de referência.
4. Escolha da Coordenação, Secretaria, Recepcionista. Definição dos valores a pagar por seu trabalho.
5. Recolha de telefones, fax e correio eletrônico (cel) de contato. Mapa das demandas e ofertas dos participantes.

6. Feira.

7. Avaliação.

1. Iniciamos com uma conversa sobre a lógica e as regras do jogo. Definimos a Rede como uma das vertentes inovadoras da socioeconomia solidária, uma forma de nós, trabalhadoras e trabalhadores, colocarmos nossos recursos, capacidades e potenciais a serviço uns dos outros, e também ganharmos controle sobre o meio simbólico de viabilizar trocas mais complexas - a moeda. Portanto, um fator de empoderamento pessoal e coletivo ao mesmo tempo. Surgiram logo questões que buscavam resolver, teórica e conceitualmente, dúvidas que tratamos de esclarecer, com base no que aprendemos de outras experiências: como as da Argentina, Inglaterra e Irlanda.

Que fazer quando temos que comprar equipamentos ou componentes no mercado dos reais? Pagamos com reais ou com moeda social?

— Quem compra um produto ou serviço que envolve custos em reais poderá pagar esta parte em reais ou na moeda social. O desejável, porém, é que o que vende aceite o pagamento em moeda social, por dois motivos, pelo menos. Um, para estimular as trocas solidárias no interior da Rede. O outro, porque ele poderá compensar a "perda" de reais comprando mais dentro da Rede, inclusive com a renda disponível em reais aumentada

pelo fato de já não estar gastando reais para responder a diversas das suas necessidades.

Que é que me dá direito a receber uma certa quantidade de moeda social antes de trabalhar, produzir ou vender?

— A moeda que vamos criar e distribuir entre nós é diferente das que conhecemos. O valor dela não está nela própria, mas no trabalho que vamos fazer para produzir bens, serviços, saberes e depois trocar com o resultado do trabalho de outros. A moeda enquanto tal não tem valor, até que comecemos a trocar trabalho com trabalho. Aí, então, ela vai servir de mediadora destas trocas. Ela é diferente também porque a ela não está ligada nenhuma taxa de juros. Por isso não interessa a ninguém guardá-la, entesourá-la. Interessa, sim, torcá-la continuamente por bens e serviços que venham responder as nossas necessidades, pessoais, familiares, comunitárias, empresariais, e que venham melhorar nossa qualidade de vida. Esta moeda será sempre um meio, nunca um fim. Não será inflacionária nem jamais poderá ser usada para especulação.

Qual o número mínimo e máximo de pessoas num grupo da Rede?

— A experiência mostra que o número mínimo pode ser 5-6 pessoas, e o máximo em torno de 50. Mais que isto, só temporariamente, como forma de estimular e motivar a criação de um novo grupo.

Sugerimos que vivenciássemos o jogo e buscássemos através dele as respostas a outras perguntas. Enfatizamos o aspecto de alternativa ao mercado capitalista que este

jogo representa. E a inovação que significa ganhar controle comunitário sobre nossas finanças. Este caminho - a Rede de Trocas Solidárias usando moeda social - é uma vertente promissora do grande projeto de uma globalização cooperativa e de uma socioeconomia solidária e responsável.

2. O grupo assumiu conjuntamente levar à prática estes princípios e perspectivas, na forma de um acordo verbal coletivo. Comentamos que, na constituição de um grupo da Rede, é importante também um compromisso individual por escrito.

3. Distribuímos cartelas em branco, na forma de 'bilhetes' da mesma cor, 20 por cada participante. Que nome dar ao Grupo? Porostas, discussão, votação, e foi aprovado o nome Mutirão Aquário da Rede de Trocas Solidárias do RJ. O mesmo fizemos em relação à moeda: Vitória. Deixamos, porém, de discutir a equivalência e avaliamos, no final, que este era o momento de fazê-lo. A equivalência acordada foi que uma Vitória seria igual a uma hora de trabalho social (manual ou intelectual), ou a R\$ 5,00. Em seguida, decidimos adotar os seguintes valores em bilhetes: 10 de V\$1, 5 de V\$5 e 5 de V\$10.

4. Ainda como parte da preparação para a autogestão, escolhemos coordenador, secretário e recepcionista. Definimos que cada participante pagaria V\$ 1 para remunerar essas funções e para gastos administrativos.

5. Para o mapeamento das necessidades e recursos, pedimos a cada participantes para dar seu nome e telefone e apresentar suas necessidades. Eles acrescentaram "e sonhos"! Avaliamos depois que neste momento deveriam também ser apresentadas as ofertas e recursos, pessoais, familiares e grupais. Ao longo do

jogo, escolhemos uma segunda secretária para compartilhar a tarefa de anotar, muito cansativa. No momento da exposição das ofertas/recursos, uma primeira revelação: os participantes, mesmo os que melhor se conheciam, descobriu talentos, capacidades e atividades desconhecidas e até surpreendentes uns para os outros. E já no meio da exposição, intervinham dizendo "ah, isto me interessa!", ou "ah, vou precisar de você!"

6. Terminadas as exposições, iniciamos a feira. Alguns compraram banana-passa das companheiras da Kit-Fruta, todos começaram negociações bilaterais. Outra revelação. Como a complementaridade entre os recursos disponíveis no grupo e as necessidades era tão grande, estabeleceu-se espontaneamente uma negociação em dois planos. Um, o do jogo com vitórias, o outro, o da vida, na forma de acordos para depois de concluída a 2a. Oficina.

7. Na avaliação, iniciamos constatando que foram feitas diversas transações durante o jogo. O entusiasmo com a dinâmica do jogo foi grande. Expressamos o desejo que ele continue na vida real. Vários consolidamos os acordos para depois de terminado o Curso. E afirmamos a necessidade de desenvolver esta Rede no contexto do Fórum de Cooperativismo Popular do RJ. Fui contratado para iniciar um Mutirão numa das cooperativas ali presentes. Constatamos que este sistema pode ser estabelecido também nas escolas infantis, não só com o fim de aprendizagem de socioeconomia, mas também para viabilizar o atendimento das necessidades, o aumento da sociabilidade e do bem-estar, e a redução dos custos entre os próprios alunos.

DINHEIRO

SOCIOECONOMIA

TROCA

ESCAMBO

SOLIDARIEDADE

COMUNIDADE

VALOR

PODER

DOMINAÇÃO

SOCIEDADE

AUTOGESTÃO

AUTOREGULAÇÃO

palavras chave

Implantando a Rede de Trocas Solidárias do Rio de Janeiro

(Pressupõe a leitura da ficha de out/99)

Na terceira oficina do Curso de Viabilidade Socioeconômica, do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, organizamos a seção de fundação do primeiro grupo da Rede de Trocas Solidárias usando moeda própria. Adotamos os seguintes passos:

8. Conversa sobre a proposta de Carta de Princípios da Rede. Emendas e aprovação.

9. Criação coletiva da moeda comunitária da RTS: nome, valores de referência.

10. Escolha da Coordenação, Secretaria, Recepcionista. Definição dos valores a pagar por seu trabalho.

11. Distribuição da versão preliminar do Catálogo e diretório dos participantes. Atualização das demandas e ofertas dos participantes. Recolha de telefones, fax e correio eletrônico (cel) de contato.

12. Marcação das próximas reuniões e feiras.

13. Avaliação.

1. Rediscutimos a lógica e as regras do jogo. Fizemos modificações na proposta e aprovamos uma versão que passou a vigorar para o período fixado até fim de fevereiro de 2000. Nesta data, faremos uma avaliação da experiência e redefiniremos os

rumos e os termos de compromisso, corrigindo e inovando onde for necessário. A Carta de Princípios está disponível no PACS (pacs@ax.apc.org, ruthrj@hotmail.com)

2. Fizemos nova escolha de nome para a moeda e para o grupo. Adotamos como moeda o tupi, com o mesmo valor da vitória (do jogo da segunda oficina): 1 tupi equivale a uma hora de trabalho social, ou a R\$ 5,00. Decidimos que faríamos um acompanhamento das transações realizadas com tupis ou diretamente. Para isto a secretaria circulará folhas de registro de transações, em que se anotará o valor delas, as pessoas envolvidas e a data. As notas serão válidas para dez transações, e receberão o nome do participante e de todos os que as receberem em troca de venda de bens ou serviços. Caberá ao **Ecobanco** registrar as transações e publicar os balanços. Também renomeamos o grupo: se chama agora **Mutirão Quilombo**, e será o primeiro grupo da Rede, com participantes vindos de diversas bairros e até municípios do estado. Funcionará como 'berçário' para a formação de multiplicadores e coordenadores de outros grupos ou mutirões com base geográfica definida.

3. Foram escolhidos Robson e Jurema como coordenador e suplente, Denise e Zeferino como secretária e suplente, Maurício e Luciana como recepcionistas e Robson (do Jacarezinho) como tesoureiro. Ficou acertada a remuneração de 1 tupi para cada um pelo trabalho que fizer na reunião/feira e entre reuniões. Recolhemos 1 tupi de cada participante, pagamos o coordenador,

a secretária e o recepcionista, e restaram 14 tupis em caixa para gastos de gestão.

4. O PACS havia transformado o registro das ofertas e demandas apresentadas na 2a. Oficina em catálogo e diretório, que foi distribuído na ocasião. Refizemos o mapa das ofertas e demandas, dado que tínhamos participantes que não estavam presentes no jogo da 2a. Oficina.

5. Acertamos de fazer a próxima reunião/feira em seguida à reunião mensal do FCP, dia 5/10/99. E a seguinte seria dia 16/10/99. Consolidamos a divisão de trabalhos preparatórios. O PACS ficou responsável pela impressão das notas de tupis e tupimirins (centavos de tupi).

6. Na avaliação, os participantes sublinharam o aspecto inovativo da RTS, tanto no estímulo à criatividade dos participantes, quanto na comercialização dos seus produtos, quanto na auto-gestão.

Evolução até novembro de 1999

Ecobanco - O PACS tornou-se a sede provisória do Ecobanco. O objetivo do Ecobanco é administrar a moeda comunitária: imprimi-la, definir as quantidades em circulação, gerir a circulação, substituir as notas utilizadas para 10 transações por outras novas e produzir o balanço bi ou trimensal. O PACS é só o agente executivo, as decisões são tomadas pela Coordenação. Na primeira reunião da Coordenação, em 15/10/99, ficou decidido que os novos membros receberiam 45 tupis cada um por um período de prova, até sua integração definitiva ao grupo. Os membros receberam um total de 91 tupis, sendo 6 tupis em tupimirins.

Reunião-Feira de 5/10/99 - Ocorreu após a reunião ordinária do FCP, que teve como tema principal a discussão sobre micro-crédito solidário com o companheiro boliviano Pancho Otero. O relatório desta reunião foi distribuído a todos os participantes do FCP e está disponível no PACS. Grande parte dos participantes tiveram que sair ao fim da reunião do FCP. Menos de 10 membros do Mutirão ficaram para a feira. Assim mesmo diversas transações foram realizadas, de frutas secas, a *microalga spirulina* (suplemento alimentar rico em proteínas e outros nutrientes), roupas e alguns serviços. Tivemos também novas adesões.

Reunião-Feira de 16/10/99 - Foi realizada na sede do PACS, entre 10 e 13h do sábado 16. Robson, o Coordenador, fez uma breve apresentação sobre a RTS, o Mutirão e o tupi. Foram circulados a Declaração de Princípios, a ficha cadastral e o Termo de Compromisso (todos disponíveis no PACS). Fizemos um mutirão de trabalho para numerar as notas já impressas. Distribuímos as notas pelos participantes, tirando de circulação os tupis velhos. Depois demos a cada novo membro (inclusive uma criança de 9 anos!) 45 tupis. A pergunta recorrente era:

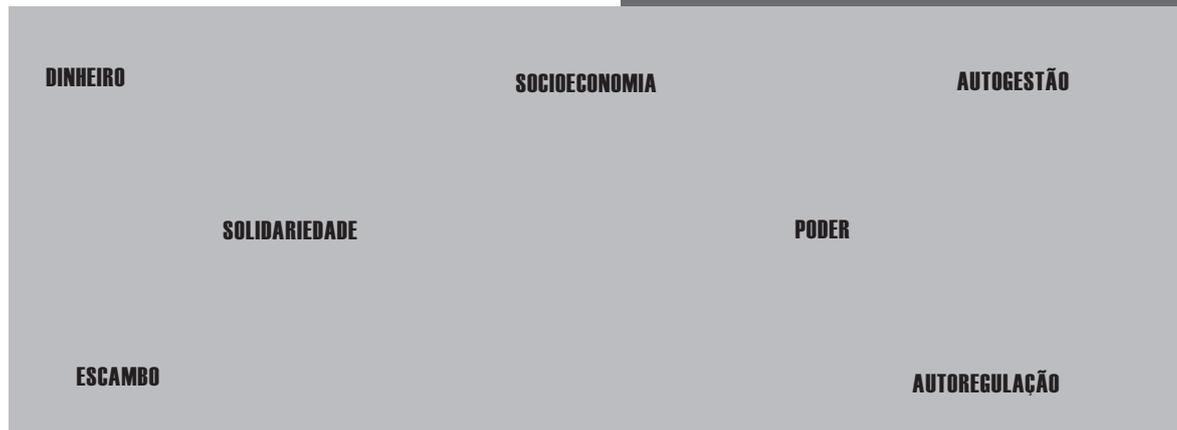
– "Mas como posso receber este dinheiro sem ter feito nada? De onde ele vem?"

– O Mutirão Quilombo da RTS faz um gesto de confiança dando a você esta quantia em tupis. Mas os tupis só passam a ter valor no momento em que você os utiliza para comprar algum bem ou serviço. Antes disso é uma simples folha de papel colorido, bonita mas sem valor. O valor quem dá é você, comprando dos outros ou vendendo sua própria produção. Eis uma das principais diferenças dos dinheiros oficiais. Este dinheiro simboliza bens e serviços que a gente produz realmente. E como não tem juros associados a ele, a você não interessa guardá-lo, mas sim fazê-lo circular, o que significa maior atividade econômica, mais ne-

cessidades satisfeitas e maior bem estar para toda a Rede.

Todos os participantes presentes assinaram seus Termos de Compromisso e aderiram à Carta de Princípios. A feira gerou uma intensa atividade de trocas, incluindo biscoitos amanteigados, a microalga spirulina, roupas, livros, árvores de Natal de croché, e alguns serviços. Pablo, o menino que trouxe os biscoitos, vendeu quase todos antes mesmo de começada a feira. Robson e Lina acertaram uma troca de aulas, ele, de computação, ela, de inglês.

Seminário de Capacitação e Integração, Buenos Aires - A RTS decidiu enviar Robson e Marcos para participarem deste seminário, entre 28/11 e 3/12/99, que será ministrado por Heloisa Primavera, Carlos Del Valle, Istvan Karl (Argentina) e John Fernando Sandoval (Colômbia), animadores da Rede Global de Trocas.



Declaração de Princípios da Rede de Trocas Soidárias

Forum de Cooperativismo Popular - Rio de Janeiro

1. Nossa realização como seres humanos não precisa estar condicionada pelo dinheiro.

2. Nosso primeiro objetivo é ajudar-nos mutuamente a alcançar um sentido de vida superior, através do trabalho, do conhecimento e do intercâmbio justo fundado na confiança. A promoção de bens e serviços é apenas um meio para isto.

3. Estamos convencid@s de que é possível substituir a competição estéril, o lucro e a especulação pela cooperação, a reciprocidade e a solidariedade entre as pessoas.

4. É importante que nossos atos, produtos e serviços respondam muito mais a normas éticas e ecológicas do que aos ditames do mercado capitalista, ao consumismo e à busca de ganhos de curto prazo.

5. Os únicos requisitos para os membros da RTS-Brasil são participar das reuniões de grupos (mutirões), capacitar-se e ser produtor@ e consumidor@ de bens, serviços e saberes, de acordo com os princípios desta Rede.

6. Cada membro é o único responsável de seus atos, produtos e serviços.

7. Pertencer a um grupo não implica vínculo de dependência, pois a participação individual é livre e estendida a todos os grupos da Rede.

8. Não é necessário que os grupos se organizem internamente de modo formal e estável, pois o caráter de rede implica a rotação permanente de papéis e funções.

9. É possível combinar a autonomia dos grupos na gestão dos seus assuntos internos, com a vigência dos princípios fundamentais que garantem o pertencimento à Rede.

10. Nossa responsabilidade abrange a eficiência quantitativa e qualitativa dos nossos empreendimentos individuais e coletivos, e simultaneamente a eficiência da Rede como um todo.

11. É recomendável que nós participantes não apoiemos nem patrocinemos financeiramente - enquanto membros da Rede - causas alheias a ela, para não nos desviarmos dos objetivos fundamentais que nos unem.

12. O melhor exemplo é nossa conduta no âmbito da Rede e nossa vida fora dela. Guardamos confidencialidade sobre os assuntos internos e prudência no tratamento público dos temas da Rede que afetem seu crescimento.

13. Concebemos o progresso como consequência do bem estar sustentável, solidário e responsável da totalidade das pessoas que compõem a sociedade.

Rio de Janeiro, outubro de 1999

Socioeconomia Solidária e o Estado-Nação

Em tempos de globalização neoliberal, quando o mercado livre é de novo apresentado ao mundo como o único e mais justo distribuidor de recursos, investimentos e riqueza, o Estado-Nação é visto como um obstáculo para acumulação e a reprodução do capital. As elites corporativas e os diferentes tons ideológicos de políticos nos dois hemisférios, a começar por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, têm ocupado o Estado com a finalidade de transferir para o setor privado patrimônio público e também diversas obrigações e mandatos do Estado. Os serviços públicos têm sido rapidamente convertidos em mercadoria, e o poder de compra da população hoje, mais que nunca antes, é a cruel condição da sobrevivência humana. Paradoxalmente, no entanto, o Estado-Nação, sobretudo aquele vinculado aos interesses da classe capitalista, continua atuando, com maior ou menos vigor, como protetor e benfeitor daqueles interesses.

No contexto do conflito hoje quase universal entre capital e trabalho, o Estado-Nação e as instituições multilaterais têm sido firmes aliadas do capital e, neste sentido, desempenham um papel aparentemente indispensável, do ponto-de-vista dos próprios capitalistas neoliberais. Num mundo de abundância para poucos e escassez para bilhões, isto é simplesmente inaceitável. Afinal, o Estado-Nação está desaparecendo à medida que a globalização neoliberal avança? Que Estado podemos visualizar, para que Nação? Na perspectiva de uma socioeconomia alternativa, qual poderia ser o papel do Estado-Nação?

1. Estado-Nação como uma criação histórica

Na História a existência do Estado está relacionada - direta ou indiretamente - com o modo de produção dominante. É uma superestrutura que repousa sobre a estrutura socioeconômica. Muda conforme ocorrem mudanças nessa estrutura. Com o atual estágio da globalização, está mudando outra vez, e é a classe hegemônica que já controla o Estado, aquela que também está controlando a mudança. Na minha opinião, o Estado não tende a desaparecer enquanto a globalização neoliberal progride. O que está desaparecendo é o Estado do bem estar, o Estado social-democrático e, talvez, não por muito tempo, se afinal predominarem as propostas nekeynesianas que estão emergindo do Banco Mundial.

Redes de seguridade social, políticas de investimento social, programas oficiais de alívio à pobreza, estas são algumas formas de intervenção estatal na economia que têm a ver com o fracasso da economia privatizada de "mercado" atender às necessidades de todos os cidadãos e cidadãs, e distribuir com equidade os recursos escassos do Planeta em benefício da sociedade como um todo. No hemisfério Sul, a necessidade de tais reformas e programas é uma manifestação do fracasso das políticas de ajuste estrutural de preencherem suas alegadas finalidades de gerar equidade econômica e satisfação social, como resultado da estabilização da economia e da retomada do crescimento econômico. As reformas "de mercado" são na

verdade anti-mercado, na medida em que estimulam a formação de monopólios, a desregulação, e a concentração de renda e de riqueza. Qualquer intervenção estatal neste contexto ignora, e na verdade reforça, os fatores de iniquidade e empobrecimento, e podem ser de natureza apenas compensatória. São concebidas para adiar a explosão das contradições internas do padrão capitalista de produção e de consumo.

2. O Estado-Nação está em crise com a globalização neoliberal

O Estado-Nação vai continuar a estremecer enquanto persistir a globalização neoliberal. A lógica das reformas neoliberais é não eliminar o Estado, mas adaptá-lo ao papel que os capitalistas do "livre mercado" querem e precisam que ele desempenhe:

- 1) como amaciador e, quando necessário, agente repressivo do protesto social;
- 2) como garantia da liberdade de mercado (que na realidade significa liberdade para o capital e subordinação para a força de trabalho e para as nações menos desenvolvidas;
- 3) como subsidiador do setor privado mediante fundos públicos e contratos facilitados; e
- 4) como fator de legitimação da globalização subordinada das economias menos industrializadas.

A evidência de que as políticas e reformas neoliberais têm sido fatores de empobrecimento nos países do Sul, assim como nos do Norte, está forçando mudanças de discurso, e provavelmente também de políticas. O capitalismo se apressa em apresentar suas contradições e perversidades sistêmicas como se fossem 'acidentes', problemas temporários que devem ser atribuídos a quaisquer fatores que não sua própria natureza e estrutura.

Chamo a natureza do capitalismo de crematística (= que visa apenas a acumulação de riqueza material), em vez de socioeconômica (= que visa a gestão da casa e dos seus habitantes). Em ciclos intervencionistas, quando surge uma crise, os capitalistas a atribuem à falta de suficiente liberdade de mercado, e pressionam por liberalização. Em ciclos liberais, atribuem as crises à falta de regulação estatal e de políticas públicas mais eficazes. Assim, tentam salvar o capitalismo de ser identificado como o verdadeiro fator determinante das enfermidades da socioeconomia. Atualmente estamos vivendo o fim de um ciclo liberal. A questão é quando e como os povos vão finalmente agir para romper com o próprio capitalismo e com o Estado capitalista.

Outras vias para o Estado-Nação existem para aqueles que acreditam que o capitalismo não é o único modelo viável de organização da socioeconomia, e que a globalização neoliberal, liderada pelas empresas transnacionais, não é o único tipo viável de globalização a que podemos aspirar.

3. O Desafio da Democratização do Estado-Nação

A meu ver, o Estado-Nação será uma realidade enquanto a Nação existir. E a Nação está relacionada com pelo menos três elementos que são, e por muito tempo continuarão a ser parte da existência e aspiração da humanidade contemporânea: a territorialidade, a identidade e a soberania popular. O papel-chave de um Estado democratizado é ser a garantia do pleno respeito pelos direitos humanos - que incluem os direitos econômicos, sociais, políticos e culturais de cada um e de todos os cidadãos e cidadãs, assim como o direito do conjunto da Nação à soberania. Neste sentido, a Declaração Universal (e os documentos internacionais que vieram complementá-la) deveriam servir de embasamento para legislação nacional e internacional que incluía estes

aspectos e dimensões.

Contudo, enquanto continuar o divórcio capital x trabalho, o Estado-Nação vai continuar a ser necessário, pelo menos no modo como o conhecemos hoje. E uma das mais graves enfermidades resultantes de tal divórcio é o fato de os trabalhadores estar individual e coletivamente impedido de possuir, controlar e administrar os bens e recursos produtivos; e ser tratado como "fator de produção", "consumidor", e "contribuinte", sem identidade, uniforme, isolado de todo outro contexto além de emprego, da loja e do ato de pagar impostos. A História mostra que as formas de socialismo centradas no Estado não contribuíram para a superação daquele divórcio, conforme o prometido. Assim, a luta continua em busca de caminhos novos e eficazes de superação daquele divórcio. A riqueza não é produzida apenas pelos proprietários do capital nem pela tecnologia, mas essencialmente pelos trabalhadores e trabalhadoras - o conhecimento e trabalho coletivo daqueles e daqueles que participam da sua criação, aos quais Marx chama de indivíduo social.

Algumas das condições para que os ganhos de produtividade sejam justamente distribuídos e democratizados, beneficiando assim toda a sociedade, e não apenas uns poucos, são:

1) que os trabalhadores se empoderem no plano econômico (ganhando o controle cooperativo sobre os meios de produzir a riqueza e o conhecimento) a fim de se empoderarem também politicamente; e

2) um forte Estado democratizado, plenamente controlado pela sociedade e posto ao seu serviço.

4. Caminhos para a Democratização do Estado-Nação

Em muitos países, partidos populares e democráticos têm ocupado governos locais e estaduais e estão desenvolvendo expe-

riências criativas de democratização do Estado. No Brasil, partidos progressistas detêm o controle de centenas de governos municipais e seis governos estaduais. No Uruguai, um vigoroso movimento cooperativo se desenvolve e as experiências de governos locais criaram um rico acúmulo de lições sobre como democratizar o Estado. Ao ponto de as forças progressistas de ambas estas Nações terem chegado muito perto de vencer as eleições federais. Tendências semelhantes são encontradas noutros países dos dois hemisférios.

O desafio é complexo:

1) Como implementar uma plataforma governamental que combina uma abordagem reformista (o que é possível) com a integridade a respeito dos objetivos estratégicos de transformação (o que é desejável)?

2) Como fazer que as políticas e das iniciativas governamentais não sejam um fim nelas mesmas, mas sim meios para criar espaço e oportunidade para que a sociedade como um todo se empodere e se torne o sujeito político dominante?

3) Como "governar para todos" e, ao mesmo tempo, continuar a ser leal e sensível às necessidades, interesses e aspirações das amplas massas da população?

4) Como coordenar o desenvolvimento social e humano do país e, ao mesmo tempo, realizar seu papel de educador da sociedade (no sentido gramsciano) para o fim último do empoderamento das pessoas, comunidades e da não para o desenvolvimento autogestionário?

5) Como fortalecer o sentido de auto-estima e auto-identidade da Nação, criando simultaneamente pontes e estabelecendo laços de verdadeira cooperação, complementaridade e solidariedade com outras Nações, contribuindo assim para tornar realidade uma globalização que seja cooperativa, e não competitiva?

6) Como instilar este mesmo espírito e objetivos nas institui-

ções multilaterais?

Na minha opinião, as contradições e as oportunidades geradas pela globalização neoliberal tendem a levar o mundo para um momento de rutura: experiências de um mundo que está sendo reconfigurado de baixo para cima multiplicam-se por toda parte, através da apreciação do valor do trabalho e da capacidade criativa de cada indivíduo, assim como da diversidade humana - a que chamo noodiversidade: cada pessoa, com sua subjetividade e singularidade, cada comunidade, cada grupo social (incluindo grupos étnicos, grupos de gênero, grupos indígenas), cada Nação. Este é o caminho para uma forma cooperativa e fraterna de globalização.

O empoderamento econômico e político de cada um e de todos os indivíduos, comunidades e grupos sociais é o verdadeiro conteúdo de uma genuína democracia e de um genuíno socialismo. Nesta perspectiva, as Nações podem ser reconcebidas como unanimidades (almas juntas, um projeto em comum no sentido de objetivos compartilhados) na diversidade (não às custas da diversidade). Ao mesmo tempo, podem ser concebidas como noodiversidades coletivas em busca de unanimidade para fortalecer o desenvolvimento dos seus potenciais sempre mais além. O objetivo último do Estado: ser um orquestrador da diversidade humana e socioeconômica e um catalizador para o estabelecimento de unidades sempre renovadas na diversidade. O mesmo pode ser postulado para as instituições multilaterais e para um eventual Estado planetário, com respeito às sociedades e Estados locais e nacionais.



TERRITÓRIO

SOCIEDADE CIVIL



ESTADO



CIDADANIA

palavras chave

AGÊNCIAS MULTILATERAIS

ESTATISMO

LOCAL-GLOBAL

NEOLIBERALISMO

REGULAÇÃO

DESENVOLVIMENTO LOCAL

SOCIAL-DEMOCRACIA

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

NOTA: Resumo de sua apresentação no Festival do 25º aniversário do Instituto Transnacional. Amsterdam, novembro 1999.

1º Acampamento de Socioeconomia Solidária

Por várias razões acho importante registrar este evento, realizado em Santa Maria, RS, entre 1 e 7/7/00, e promovido pelo Fórum das Cooperativas de Santa Maria. Reuniu indivíduos e entidades relevantes de empreendimentos cooperativos e solidários do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, e também do Uruguai, Paraguai, Argentina, Colômbia, Espanha e Itália. Contou com a presença de Vicente Bogo, novo presidente da Organização das Cooperativas do ERGS, que tem levado adiante um programa transformador do cooperativismo riograndense. Coincidiu com o 100o. aniversário do Cooperativismo no Brasil, por iniciativa do padre suíço Theodor Armstadt, que juntou num grande encontro, no interior do RS em 1900, 5.000 trabalhadores do campo para apresentar a idéia do cooperativismo autogestionário. Coincidiu também com a 7a. Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo, promovida pelo Projeto Esperança, ligado à Diocese de Santa Maria.

O Dia Internacional do Cooperativismo (1/7) foi festejado em público, no Terminal de Comercialização Direta, e animado pelo 103º Feirão Colonial de Santa Maria. Uma grande tenda ficou armada em praça central de Santa Maria, e nela ocorreram eventos culturais e artísticos. Na noite de 4/7 a Câmara de Vereadores de Santa Maria acolheu evento em homenagem ao 100 anos de Cooperativismo no Brasil, com a presença de Dom Ivo Lorscheider e da Irmã Lurdes Dill, do Projeto Esperança - COOESPERANÇA. No evento de abertura da 7ª Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo, em 7/7, vários

oradores fizeram uma retrospectiva do cooperativismo autogestionário no Brasil, prestando-se homenagem a personagens que marcaram esta história, entre elas o Pe. Armstadt e Dom Hélder Câmara. Os participantes foram incentivados também a envolver-se ativamente na preparação do Plebiscito Nacional da Dívida Externa (2-7/9/00).

Os trabalhos do Acampamento foram abertos com apresentações por autoridades locais e estaduais. Os outros painéis do Acampamento contaram com a contribuição de participantes do Brasil e do exterior e geraram ricos debates. Todos afirmaram a autogestão e a solidariedade como dois valores centrais para a construção da Socioeconomia Solidária. Victor Fernandez, da Federação de Cooperativas de Habitação do Uruguai, contou a luta que leva este movimento desde o fim da ditadura militar, que durou mais de uma década e só terminou em meados dos 80. Carlos Sanhuezo, membro de Colacot-Argentina, falou dos 600.000 sócios de cooperativas e dos 150.000 sócios de mutuárias numa população de 1,5 milhões da sua cidade, Mendoza. Mostrou como o ajuste estrutural de Menem-FMI levou à maciça privatização de estatais e também de cooperativas (vinho, distribuição energética). Mencionou os bônus de comércio, circulados na Bolsa de Valores como meio de financiamento de projetos sociais e de infraestrutura. Sublinhou a importância de redefinir o marco legal, que hoje afeta negativamente as iniciativas solidárias - impostos, patentes de medicamentos, intervenção estatal nas cooperativas de trabalho, etc. Francisco Verano Paez, da

Colacot-Colômbia, explicou que, apesar do desinteresse do governo Pastrana pelo social, a economia solidária tem feito importantes progressos na Colômbia, inclusive a introdução em 1998 de nova legislação que reconhece, ao lado dos setores estatal e privado, o setor da economia solidária. Indicou que a luta não é mais por afirmar o cooperativismo como um caminho desejável - a história já o comprovou - mas desenhar um novo modelo de socioeconomia, cultura, política e Estado; um modelo centrado no ser humano e no seu trabalho, no ser mais que no ter, e que promovia a espiritualidade e a cultura da solidariedade. Mencionou a inovadora prática colombiana de planejamento municipal do desenvolvimento com base na cooperação e na solidariedade. As diversas palestras de Francisco provaram que a Colacot tem desempenhado um papel pioneiro na inovação socioeconômica na América Latina.

Giovanni Acquati, do Banco Ético de Milão, falou da cooperativa mutuária autogestionária a que pertence, que começou como cooperativa de consumo e evoluiu para uma financeira solidária. Contou que o Banco Ético tem agora 5 anos e é uma instituição de âmbito nacional, representando uma revolução no sistema bancário italiano. Jordi ViaLlop apontou que a iniciativa de renovação das leis sobre o cooperativismo [e a economia solidária] - que também está ocorrendo na Espanha, tem que partir não do governo, mas da sociedade civil organizada, sobretudo do movimento cooperativo e associativo.

Os outros painéis do Acampamento focalizaram os seguintes temas:

1. Estado e Socioeconomia Solidária
2. O Crédito Solidário
3. Projeto Pedagógico da Socioeconomia Solidária

4. Novas Relações de Trabalho
5. Marco Legal da Socioeconomia Solidária
6. Sistema Mercadológico

Nesta ficha não cabe nem mesmo um resumo das outras falas e debates relacionadas com esses temas. Sou obrigado a omitir a fala dos participantes brasileiros - humens e mulheres. Ainda assim devo pelo menos citar o nome de alguns: Genaro Krebs, patriarca do cooperativismo, hoje professor na Universidade Nacional de Brasília, Pe. José Odelso Schneider, UNISINOS, Profa. Tânia da Silva, COOPESMA, Jairo Carneiro, da Agência de Desenvolvimento Solidário/CUT, Luigi Verardo, ANTEAG, Armando Lisboa, da Universidade Federal de Santa Catarina, Erico Pegoraro, do SESCOOP-RS, Euclides Mance, do Instituto de Filosofia da Libertação, PR, Gilson Pinheiro, da Central de Cooperativas Autogestionárias do RS, Irmã Lourdes

Dill, do Projeto Esperança, José Maria Pereira e Luis Ernani, da UFSM, Claudio Malgarin e Ney Gomes Filho. Marcos Arruda, além de discutir alguns dos temas em plenário, ofereceu aos participantes o Polo de Socioeconomia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário, como um espaço de articulação e de partilha, de reflexão e ação.

Rede Global de Socioeconomia Solidária

Nas reuniões realizadas por um grupo de entidades do Brasil e do exterior, paralelas ao programa do Acampamento, tomou-se a decisão de iniciar os preparativos para a criação de uma Rede Global de Socioeconomia Solidária. O logo será o do Acampamento de Santa Maria. Os documentos de Encontros como o de Porto Alegre (1998) e Mendes, RJ (2000)* oferecem elementos conceituais para iniciar o diálogo sobre a Rede Global. Foi acordado que a Rede Global não seria uma organi-

zação, no sentido tradicional, mas uma articulação horizontal e não hierárquica, com base em interesses e objetivos comuns concretos, que busca maximizar a sinergia dos seus participantes, em benefício ao mesmo tempo de cada um e de todos. Seu fundamento será a confiança e a partilha dos valores e da práxis da cooperação, da co-responsabilidade e da solidariedade. A implantação local, regional e nacional será tão importante quanto o alcance global da Rede.

Os passos iniciais incluem: o estabelecimento de agendas compartilhadas entre os membros; consolidar uma lista de endereços eletrônicos; aproveitar-se dos sítios eletrônicos já existentes e trabalhar por abrir um portal da Rede Global; formular uma Carta indicando os princípios básicos da Rede e os critérios de participação; buscar articular-se em diálogo com outras redes internacionais e nacionais (inclusive Polo de Socioeconomia Solidária/Aliança, ATTAC, Fórum das Alternativas, Rede Global de Segurança Alimentar, Rede de Agricultura Orgânica do Brasil, Rede de Advogados Assessores de Cooperativas da Argentina, etc.), assim como com movimentos de base; começar a listar produtos (oferta) e insumos (demanda) dos empreendimentos que farão parte da Rede; desenvolver formas materiais e imateriais de apoio recíproco (incluindo câmaras ou redes locais de SES, o intercâmbio solidário de bens e serviços, visitas recíprocas, elaboração teórica sobre a prática, bibliografias); articular-se para exercer pressão sobre os centros de poder nacionais, multilaterais e globais em favor de causas comuns (como o processo visando a paz com justiça na Colômbia).

Até o fim do ano, ficou definido que estaríamos em "fase constituinte", convidando entidades e indivíduos e detalhando os objetivos, critérios básicos de participação e elementos de

estratégia de ação comum. Entre as ações possíveis, citamos: participação ativa na Campanha do Jubileu 2000; planejar no futuro a publicação de um periódico da Rede Global; estudar a idéia de um selo comum de qualidade de produtos; atuar em defesa dos direitos das crianças que trabalham; divulgar alternativas à economia da exploração do trabalho e da destruição ambiental. Criamos uma equipe de animação global, com referências em cada país/continente: Jordi (Espanha), Francisco (Colômbia/A.Latina), Victor (Uruguai), Marisa e Carlos (Argentina), Berta (Paraguai), Hélio/CESMA (Brasil); a consultar: Giovanni (Itália) e Horacio Azoca (Chile).

Finalmente, propôs-se um trabalho participativo de preparação de um Encontro da Rede Global para 2002. Os eventos da Aliança durante 2001 servirão de espaço de encontro e articulação entre participantes atuais e potenciais da iniciativa da Rede.

* Referência ao Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Porto Alegre, agosto de 1998) e ao Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias (Mendes, RJ, junho de 2000).

palavras chave

RECIPROCIDADE

REDES

SOLIDARIEDADE

SOCIEDADE

CULTURA

COMPLEMENTARIDADE

RESPONSABILIDADE

AUTOGESTÃO

SOCIOECONOMIA

EMPODERAMENTO

AUTOREGULAÇÃO

DOMINAÇÃO

ESTADO

Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias

Entre 11 e 18 de junho de 2000, cerca de 80 pessoas estiveram reunidas no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias, em Mendes, RJ. Depois de uma convivência intensa e trabalho coletivo durante uma semana, discutindo a realidade brasileira e mundial e compartilhando visões e experiências inovadoras no campo socioeconômico, político e cultural, elaboraram e aprovaram a seguinte Carta que resume as visões e proposições das entidades/pessoas participantes.

CARTA DE MENDES

Mendes, RJ 11 a 18 de junho de 2000

NÓS FAZEMOS PARTE DE ORGANIZAÇÕES E INICIATIVAS DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. Somos mulheres e homens de várias idades e etnias, profissionais de vários campos, que trabalhamos no meio rural e urbano, em cooperativas e associações autogestionárias, em sindicatos, instituições de desenvolvimento, educação, meio ambiente e assessoria, representantes de governos democráticos e populares, e convidadas de outros países da América Latina e Europa. Procedemos do Amazonas, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rondônia, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Participamos também de redes solidárias que atuam articuladamente para transformar e humanizar as relações sociais nas esferas local, nacional e global.

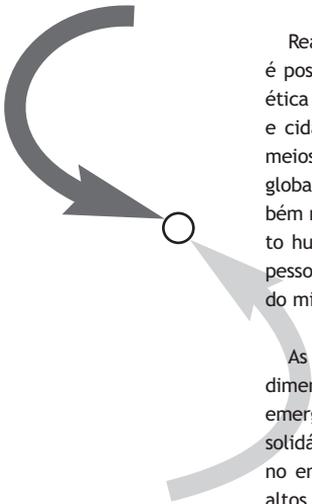
Em resposta às propostas do Encontro Latino de Cultura e Socioeconomia Solidárias, realizado em Porto Alegre (agosto de 1998), busca-mos criar e gerenciar redes de produção solidária, de comércio justo, de crédito, de consumo ético, de trocas e informática solidárias. Fizemos um diagnóstico e uma avaliação dos empreendimentos cooperativos e solidários nas diferentes

regiões do Brasil aqui representadas, e traçamos diretrizes de ação estratégica visando a construção e o fortalecimento dessas re-des, assim como uma ação mais efetiva de pressão por políticas públicas a serviço do empoderamento da sociedade e de um desenvolvimento socioeconômico autocentrado e soberano.

Além do trabalho de reflexão e aprofundamento dos conceitos, fizemos um intercâmbio de nossas motivações, experiências e produções que mobilizaram nossa intuição, emoção e espiritualidade, bem como facilitaram nossa disponibilidade para ouvir uns aos outros, aprender uns com os outros e consolidar nossa confiança mútua, e nosso sentido de irmandade e solidariedade.

Partimos da crítica veemente do capitalismo, sobretudo na sua forma neoliberal, que tem feito acompanhar a produção sempre mais rápida de bens materiais por uma intensa concentração de terras, riqueza, controle dos recursos, poder e saber nas mãos de um número sempre menor de grandes banqueiros, empresários, latifundiários e especuladores. Denunciamos o êxodo que deserraiza as famílias rurais e provoca a sobrepopulação das cidades, o desemprego maciço resultante da rápida introdução de novas técnicas e novos métodos gerenciais, mas também da política recessiva em obediência à receita de ajuste do FMI; a crescente

dívida interna e externa, e os altos juros que sufocam a capacidade de investimento do Estado e produzem uma sangria dos fundos públicos em favor dos especuladores; a desnacionalização e privatização desordenada que alienam o patrimônio público; a abertura predatória ao capital estrangeiro, sobretudo especulativo; a renúncia da soberania popular e nacional em favor das empresas, bancos, políticos e burocratas do mundo rico e das agências multilaterais; a destruição sistemática dos ecossistemas, das florestas tropicais, dos solos e dos mananciais. Rejeitamos a cultura da competição que tem por princípio a exclusão, a forma dominadora, hierárquica e egocêntrica de organizar a economia, assim como o autoritarismo e a violência delas decorrentes.



Reafirmamos nossa convicção de que uma outra globalização é possível e desejável, fundada na cultura da cooperação e na ética da solidariedade; na participação ativa de todas as cidadãs e cidadãos do país e do Planeta, no controle e na gestão dos meios para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Uma globalização que seja cooperativa e solidária. Afirma-mos também nosso compromisso de implementar vias de desenvolvimento humano que partam de dentro para fora, dos potenciais da pessoa para os da coletividade, do local para o nacional e global, do micro para o macro.

As experiências presentes no Encontro mostraram que é da dimensão interpessoal e social das transações econômicas que emergem os laços de afetividade e confiança. O crédito com aval solidário e com controle social, apoiado na confiança recíproca e no empoderamento local, garante uma demanda sustentada e altos níveis de retorno dos empréstimos. A promoção da cultura da cooperação e da solidariedade, e de uma educação voltada para a prática destes valores, viabiliza a autogestão, o trabalho

emancipado, e o desenvolvimento sustentável fundado no pleno respeito aos direitos sociais, econômicos, pessoais, culturais e ambientais, no sentimento humano e na partilha efetivamente democrática do poder.

Na perspectiva solidária, a relação entre quem consome e quem produz vai muito além de comprar e vender o produto, envolve uma consciência e um compromisso comum em prol do Bem Viver de todos no presente e no futuro, que implica no cuidado com a natureza e a biodiversidade, na equidade entre mulheres e homens e entre etnias, numa concepção de trabalho que realiza, e numa forma de produzir orientada para satisfazer às necessidades de cada ser humano e de toda a humanidade.

Afirmamos que é possível diagnosticar, planejar, acompanhar e administrar de forma autogestionária e solidária o desenvolvimento das cadeias produtivas - produção, comercialização, consumo e crédito - e dos serviços de fomento, como a tecnologia apropriada, e outros. Assim, a viabilidade da proposta da socioeconomia solidária se apoia na complementaridade e na solidariedade ao longo de toda a cadeia produtiva.

Buscando reforçar e ampliar as conquistas do Encontro de Porto Alegre, decidimos estabelecer uma Rede de Socioeconomia Solidária local, regional e nacional, que garanta a continuidade do contato e da interação entre nós e com outros empreendimentos solidários existentes no Brasil e noutros países. Novas teias para a ampliação desta rede são bem-vindas. Sua fortaleza está na sua tecitura, na sua inclusividade, na qualidade da ligação solidária e amorosa entre seus componentes.

*PARTICIPANTES DO ENCONTRO BRASILEIRO
DE CULTURA E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIAS*